



**ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA Nº 02/2023  
DO FÓRUM DE COMBATE À CORRUPÇÃO  
E LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESTADO  
DE SÃO PAULO/FOCCO-SP, REALIZADA  
AOS 31 de MAIO DE 2023.**

Aos **31 (trinta e um) dias do mês de maio de 2023**, às **10:30hs**, foi realizada a Reunião Plenária nº 02/2023 do Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro do Estado de São Paulo - FOCCOSP, coordenada pelo gestor da Secretária Executiva em 2023, o Dr. Wagner de Campos Rosário, Controlador Geral do Estado (CGE), integrante da estrutura do Governo do Estado de São Paulo, conforme disposto no Decreto 57500/2011.

O Secretário Executivo do FOCCOSP iniciou a sessão cumprimentando a todos e informou que, atendendo às solicitações feitas na reunião anterior do Fórum, conversou com o Secretário de Justiça, Dr. Fábio Prieto, para verificar a possibilidade de assumir a gestão da Secretaria Executiva do Fórum, tornando-a fixa em seu órgão, porém não logrou êxito. Explicou que a instituição não teria condições de assumir. Então, a assunção deveria ser feita por outro órgão do Colegiado. Dentro das definições expostas seriam 04 (quatro) opções para votação:

- a) Secretaria fixa em algum órgão;
- b) Manutenção por 01 (um) ano;
- c) Manutenção de rodízio em 02 (dois) anos e
- d) Manutenção de 01 (um) ano prorrogável por mais 01 ano.

A votação transcorreu da seguinte forma:

**1. 06 (seis) órgãos votaram a favor da manutenção do modelo atual, com rodízio de 1 ano:**

**Órgãos:**

Procuradoria Geral do Município,  
Junta Comercial do Estado de São Paulo;  
Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo  
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.  
Tribunal de Contas do Município de São Paulo  
Procuradoria Geral do Estado

**2. 03 (três) órgãos votaram a favor pela manutenção do rodízio de 2 anos:**

Tribunal de Contas da União em São Paulo;



Departamento de Transito do Estado de São Paulo e  
Controladoria Geral do Município de São Paulo.

**3. 03 (três) órgãos votaram a favor pela manutenção de 01 (um) ano, prorrogável por mais 01 (um) ano:**

Procuradoria Geral da Justiça;  
Polícia Federal e  
Receita Federal do Brasil.

Após a votação, onde a maioria dos presentes optaram pela manutenção do rodízio de 01 ano, seguiu-se para a eleição do órgão. O Secretário Executivo, juntamente com os membros do Colegiado, fez um levantamento para apurar quais instituições já haviam ou não assumido a gestão do Fórum. Alguns representantes se manifestaram solicitando que o nome da instituição que cada um representa fosse excluído do sorteio. O Dr. Erick Draganov Santos, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, por exemplo, explicou que seu pedido se deu pelo fato do TCE já ter gerido o Fórum e com projetos em andamento para a comemoração do Centenário da instituição em 2024, ficando inviável a participação a candidatura.

O Dr. Wagner Wagner de Campos Rosário salientou a importância de oxigenar, trazer novas ideias e novas visões. Por esse motivo, enfatizou que é salutar um rodízio na gestão da Secretaria Executiva do FOCCOSP.

O Dr. Antonio Carlos Santa Izabel fez um breve relato das discussões realizadas em reuniões passadas. Destacou a discussão da redução de 08 (oito) para 4 (quatro) ações e mencionou que os projetos precisam ser continuados. Relatou, ainda, que desde 2013, o objetivo era trazer ações que contribuíssem de maneira objetiva com a questão da corrupção e a lavagem de dinheiro no âmbito do Estado de São Paulo.

Destacou que os órgãos que compõem o Fórum fizeram trabalhos exemplares, gerando, inclusive, propostas que foram encaminhadas para o Governador.

Lembrou que a própria sugestão da criação da Controladoria Geral do Estado também foi objeto de discussão, no período em que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo estava gerindo a Secretaria Executiva. Dito isso, solicitou que todos analisassem e se manifestassem sobre a candidatura.

A palavra foi aberta aos membros do Colegiado e, como não houve manifestação por parte dos presentes, sugeriu-se o sorteio.

O Dr. Daniel Penido Brito, da Polícia Federal, perguntou se a participação das instituições que não estavam ali representadas e a solicitação de exclusão de algumas delas do sorteio em virtude de já terem sido gestoras da Secretaria Executiva, foram estabelecidas em algum regulamento. Disse também que Polícia Federal tem em sua atribuição a investigação criminal e, por esse motivo, não convém assumir essa função. Entende que uma entidade com perfil mais executivo e consultivo em sua função, tem mais capilaridade e está mais apta a assumir a gestão da Secretaria Executiva. Disse que, se o objetivo é propor ações concretas que realmente influam



no combate e na prevenção à corrupção no Estado de São Paulo, é preciso verificar como serão gerenciadas essas ações, pelo fato de o Estado de São Paulo não ser pequeno.

O Secretário Executivo do FOCCOSP, Dr. Wagner de Campos Rosário, esclareceu que estava falando de duas coisas diferentes, pois uma era sobre a Gestão da Secretaria Executiva e a outra era sobre Propostas de Ações.

Em primeiro lugar, disse que qualquer um tem capacidade de gerir essas ações desde que seja uma boa proposta e lembrou que na última reunião foi conversado e refletido se estavam sendo feitas propostas importantes para o combate à corrupção no Estado. Em segundo lugar, esclareceu que têm ações que envolvem a todos e outras não. Frisou que o órgão que assumir a Secretaria Executiva tem a missão de organizar, agendar reuniões, verificar o local, enfim, de assumir a relatoria da ação e isso não é uma questão de capacidade, mas sim uma questão de funções e atribuições para a realização desse tipo de ação coordenada.

Diante da discussão, o Secretário Executivo propôs ao Colegiado que o assunto retornasse após a apresentação o Dr. Antonio Carlos Santa Izabel sobre a atuação do FOCCOSP nos últimos anos e a sua Secretaria Executiva até os dias atuais.

O Dr. Santa Izabel fez uma síntese da situação em que as ações se encontram e da proposta da nova configuração das ações do FOCCOSP 2023. Disse que o FOCCOSP foi criado em 2013, a partir de assinatura de um protocolo de intenções entre alguns membros, subscrito pela antiga Corregedoria Geral da Administração, hoje Controladoria Geral do Estado, pelo Departamento de Polícia Federal e Departamento de Recuperação e Ativos, pela Cooperação Internacional do Ministério da Justiça, pela Federação Brasileira de Bancos, pelos Ministério Público do Estado de São Paulo e Ministério Público Federal, comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Ministério Público de Contas, pelas Polícia Civil de São Paulo, Polícia Federal do Estado de São Paulo e Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo, pela Receita Federal do Brasil, pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Secretaria da Administração Penitenciária, Secretaria da Executiva, Secretaria Nacional de Justiça Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Contas da União com um único objetivo de fomentar o diálogo e a implementação de ações com o fortalecimento do Estado de São Paulo no combate à corrupção e lavagem de dinheiro. Salientou que hoje, o Colegiado tem 33 instituições representantes das esferas estadual, municipal e federal, que se reúnem periodicamente para estabelecer ações prioritárias e desenvolver discussões, por intermédio da constituição de grupos de trabalho e apresentar resultados concretos dessas ações, com a proposta de encaminhamento para o Governo do Estado, através da Secretaria Executiva.

Na sequência, informou quais instituições atuaram como Secretaria Executiva do FOCCOSP desde a sua criação, em 2014, até os tempos de hoje, e discorreu sobre como foram estabelecidas as 8 (oito) ações do Fórum. Deu ênfase no exercício de



2022, onde o Dr. Pedro Rubenz Jehá, que era o Secretário Executivo na ocasião, conversou com todos os Coordenadores dessas ações. Ressaltou que através dessas conversas chegou-se à conclusão de diminuir de 8 (oito) para 4 (quatro) ações, a fim de se tornarem ações mais objetivas e assertivas no que se refere às entregas de produtos com prazos adequados, durante um determinado período. Em seguida, relembrou o que foi definido: a **Ação número 1 - Investigação e atuação interinstitucional na prevenção e combate à corrupção e lavagem de dinheiro** no Estado de São Paulo será coordenada pelo Dr. Bruno Venturoso, da Polícia Civil do Estado de São Paulo. **A Ação número 2 - Fomentar a articulação interinstitucional como forma de compartilhamento de base de dados e o e a transferência de sigilo**, será coordenada pelo Dr. Dilson Ferreira da Cruz Júnior, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. **A Ação número 3 - Combate às fraudes na área da saúde pública**, que seria coordenada pela Dra. Camila Moura e Silva, mas que na presente data estava sendo substituída pela Dra. Isabela Angélica Queiróz Fonseca, do Ministério Público do Estado de São Paulo e a **Ação número 4 - Estratégia de prevenção à fraude, à corrupção no ambiente público**, que, à época era coordenada pelo Dr. Hamilton Caputo e agora pela Dra. Manuela de Andrade Faria, representante do Tribunal de Contas da União em São Paulo.

Em uma análise rápida, o Secretário Executivo e Controlador Geral do Estado, Dr. Wagner de Campos Rosário, reiterou que, tendo em vista a probabilidade de as 4 (quatro) ações serem aceitas pelo Colegiado, a instituição que assumir a Secretaria Executiva terá o papel de orientar e estabelecer prazos para serem apresentados a todos em plenária, como também verificar o que está evoluindo e quais são os entraves, avaliando se o trabalho está caminhando na direção que se imagina, pois muitos dos problemas apontados já são vivenciados no dia a dia, como por exemplo: problemas com relação a dados e informações; problemas com o compartilhamento e com o sigilo de dados; problemas para criação de um conjunto de base de dados que permita obter informações. Por isso, afirmou que entende que ficar com as 4 (quatro) ações, já citadas anteriormente, seja o mais adequado.

A Dra. Kátia Regina Gomes Gatti, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil sugeriu que a elaboração de um manual de troca de informações interagências nacionais e internacionais, baseado na Constituição Federal, na Lei Geral de Proteção de Dados e na Lei de Abuso de Autoridade, já poderia estar na ação sobre sigilo, para prevenir nulidade de prova. Esclareceu que seria um manual para proporcionar a segurança jurídica, a padronização e a uniformidade, bem como ser utilizado para orientar uma investigação.

O Secretário Executivo e Controlador Geral do Estado, Dr. Wagner de Campos Rosário, comentou que esse produto cabe para o grupo que está trabalhando com dados e informações. Disse também que a intenção é que os grupos trabalhem tematicamente, ou seja, que realizem reuniões técnicas, para que, quando tiver um produto, este seja apresentado ao Colegiado, com prazo definido para ser analisado. Achou pertinente a fala da Dra. Kátia, pois um manual orientativo é uma excelente



proposta e considerou importante cada órgão trazer ideias e experiências para serem debatidas e discutidas, a fim de ofertar entregas interessantes, com recomendações, cuidados, e, quiçá, gerar um livro. Falou também sobre a elaboração de um plano de dados abertos visando trazer maior transparência. Informou ainda, que tem conversado com a PRODESP a respeito. Citou também que está sendo criada uma Carta de Serviços para o Cidadão, relacionada à Lei Geral de Proteção de Dados e outros serviços prestados pela Controladoria Geral do Estado. Na sequência, após alguns membros do Colegiado terem feito apontamentos importantes para o bom andamento das ações da Secretaria Executiva, ficou deliberado e acordado pelo Colegiado a junção das ações, passando de 08 (oito) para somente 04 (quatro), conforme anunciado anteriormente, pois a 1ª (primeira) e a 2ª (segunda) ações já tinham atingido o seu fim. Diante desse fato, propôs marcar uma reunião para se dialogar com os Coordenadores designados para essas 4 (quatro) ações, no intuito de que tenham maior liberdade de atuação, sugerindo que os órgãos que já tiverem interesse em fazer parte de alguma delas já se manifestassem para participar.

O Secretário Executivo comentou que a ideia é entregar todos os produtos até novembro deste ano, pois o mês de dezembro tem o dia Internacional de Combate à Corrupção. Enfatizou que muitos órgãos têm atividades, entregas e fechamentos a serem feitos. Citou como exemplo as metas da Controladoria Geral do Estado. Falou sobre o cumprimento de 84 ações do Plano Anticorrupção, previstas para os próximos 04 (quatro) anos, salientando que a proposta é entregar 54 delas até o final de 2023. Frisou que os temas das ações são amplos. Solicitou que houvesse mais foco e que os Coordenadores das ações já pudessem entregar suas propostas no prazo de 30 (trinta) dias para se ter controle dos produtos que se deseja lograr êxito. Salientou que acredita que uma metodologia de atuação multidisciplinar colaborativa e compartilhada entre os órgãos possa trazer melhores resultados e alcançar os objetivos com mais eficácia e rapidez.

Sendo assim, todos concordaram que os Coordenadores entreguem as propostas dos produtos das ações até o dia 04 de agosto de 2023 e que a entrega dos produtos, de fato, ocorra no dia 08 de novembro de 2023, após conversarem e chegarem a um consenso com seus respectivos colaboradores.

O Dr. Antonio Carlos Santa Izabel, lembrou aos presentes que tudo o que foi comentado pelo Secretário Executivo, Dr. Wagner, já foi vivenciado por todos. Ou seja, em suas palavras disse que todas as ações tinham um Coordenador, que era responsável por fazer o contato e chamar os demais colaboradores, através da Secretaria Executiva, e esta passava para todos os membros do Fórum para se habilitarem e contribuírem com qualquer uma das ações técnicas e, depois, apresentarem o produto em reunião plenária: “E é exatamente isso que foi trabalhado nos últimos anos”, continuou ele. Inclusive tudo o que foi feito com a 1ª (primeira) ação foi através do trabalho conjunto dos representantes dos órgãos do Fórum, que contribuíram para que fosse possível fazer entregas que foram feitas e, assim, concluir



a ação. Finalizou suas palavras dizendo que esse é o mesmo processo que acontecerá com as demais ações.

O Dr. Wagner, então, fez as seguintes propostas que foram aceitas por todos os presentes. São elas:

- 1) dia 4 de agosto - entrega da proposta dos produtos pelos Coordenadores;
- 2) dia 08 de novembro - entrega final dos produtos; e
- 3) dia 22 de novembro - reunião plenária para apresentação desses produtos ao Colegiado.

Retornando ao primeiro item da Pauta da Plenária, tentou-se novamente fazer um sorteio para a passagem da gestão da Secretaria Executiva para outra instituição. Porém, diante da ausência de representantes de alguns órgãos e devido ao fato de algumas instituições já terem sido Secretaria Executiva do Fórum, o Secretário Executivo chamou para si a responsabilidade de continuar a frente do Fórum até o final de 2023 e se propôs a chamar os Coordenadores para uma conversa visando deixar tudo acertado. Disse que passaria os contatos de todos os representantes e os pontos focais de cada órgão e acertaria o que fosse preciso ser feito nesse intervalo de 60 (sessenta) dias, até o dia 04 de agosto, no intuito de transferir a gestão para outro órgão. Destacou que o que não ficasse acertado, seria repassado para a gestão do novo órgão que vier assumir a Secretaria Executiva.

Com a concordância de todos, o Dr. Santa Izabel, Corregedor da CGE, deu andamento à pauta e passou para a votação da ata da 1ª Reunião Plenária, realizada em 12 de abril de 2023, que foi aprovada pelos representantes das instituições presentes, com apenas a ressalva de uma correção de digitação, que foi acatada.

Dando continuidade, o Dr. Valmir Gomes Dias foi apresentado como o novo Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público, da Controladoria Geral do Estado, assumindo tanto a parte de manifestações de cidadão em geral, como a 3ª (terceira) instância da LAI - Lei de Acesso à Informação e será o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, no Estado, em substituição ao Dr. Antonio Carlos Santa Izabel.

Não havendo mais manifestações, o Secretário Executivo agradeceu e deu por encerrada a reunião plenária.

**Presentes:** Aldo Catsuioshi Muramoto, da Receita Federal do Brasil, Alexandra Comar de Agostini, da Controladoria Geral do Estado; André Luiz Barbieri, da Polícia Federal; Antonio Carlos Santa Izabel, da Controladoria Geral do Estado; Celso Jesus Mogioni, da Junta Comercial do Estado de São Paulo; Daniel da Silva Lima, da Controladoria Geral do Estado; Daniel Penido Brito, da Polícia Federal; Dilson Ferreira da Cruz Júnior, do Tribunal de Contas do Município; Edson Watanabe, do Tribunal de Contas da União em São Paulo; Erik Draganov Santos, do Tribunal de Contas do



Estado de São Paulo; Helena Pchevuzinske, da Controladoria Geral do Estado; Izabela Angélica Queiróz Fonseca, do Ministério Público do Estado de São Paulo; João Batista Palma Beolchi, da Controladoria Geral do Estado; João Mário de Medeiros Paixão, do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; Katia Regina Gomes Gatti, da Receita Federal do Brasil; Karin Andrade Zeppellini, da Controladoria Geral do Estado; Leonardo Silvestre Cabral, da Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo; Luiz Felipe Nogueira Giacomello, da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Luiz Fernando Dias de Oliveira, da Polícia Civil; Luiz Fernando Rodrigues Pinto Júnior, da Secretaria Especial de Assuntos Eleitorais da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Makarius Sepetauskas, da Procuradoria Geral do Município de São Paulo; Manuela de Andrade Faria, do Tribunal de Contas da União em São Paulo; Mateus Camilo Ribeiro da Silveira, da Procuradoria Geral do Estado; Paulo Dantas Filho, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Rodrigo Morello Alves, da Controladoria Geral do Município de São Paulo; Roberto Cesar de Oliveira Viegas, da Controladoria Geral do Estado; Simênia Maciel de Lima, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo; Valmir Gomes Dias, da Controladoria Geral do Estado; Wagner de Campos Rosário, da Controladoria Geral do Estado; e Waldirene Santana dos Santos, do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo.

**Ausentes os representantes dos seguintes órgãos:** Advocacia Geral da União; Banco Central do Brasil; Conselho de Controle de Atividades Financeiras COAF; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Federação Brasileira de Bancos; Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União; Ministério Público Federal; Polícia Militar do Estado de São Paulo; Polícia Técnico-Científica do Estado de São Paulo; Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; Secretaria da Administração Penitenciária; Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo; Secretaria Municipal de Gestão; Secretaria Municipal de Justiça; Secretaria Nacional de Justiça; Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal Regional Federal da 3ª Região.